



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
SEPN 505, Lote 2, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala 108, Brasília/DF, CEP: 70.730-542
Fone: (61) 2028-2076
E-mail: sec.executiva@cnrh.gov.br

XXXI REUNIÃO ORDINÁRIA

PAUTA



DATA: 09 e 10 de junho de 2014.

HORÁRIO: 9h às 18h

LOCAL: Auditório do Ministério do Meio Ambiente – SEPN 505, lote 2, Ed. Marie Prendi Cruz, subsolo.

• ORDEM DO DIA

1. Abertura

2. Aprovação da Ata da XXX Reunião Ordinária.

3. Matérias que foram objeto de pedidos de vista durante a XXX Reunião Ordinária do CNRH:

3.1 – Deliberação sobre proposta de Resolução que aprova novos valores para os PUBs da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, *encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB*;

3.2 – Deliberação sobre proposta de Moção que recomenda ao Ministério de Minas e Energia, Conselho Nacional de Políticas Energéticas e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis a realização de estudos que ofereçam melhor conhecimento, tanto sobre as propriedades intrínsecas das jazidas e as condições de sua exploração, como das consequências ambientais dessa atividade, antes de permitir a exploração do gás de xisto, garantindo assim segurança hídrica, *encaminhada pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS*.

4. Deliberação sobre propostas de Resolução que:

4.1 – Estabelece diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social, a informação e comunicação para a percepção de riscos e vulnerabilidades, e a prevenção, mitigação e aumento da resiliência frente a desastres inerentes às questões hídricas, *encaminhada pela Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos – CTEM*;

4.2 – Estabelece diretrizes gerais e critérios para definição de derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, e dá outras providências, *encaminhada pela Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR*;



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
SEPN 505, Lote 2, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala 108, Brasília/DF, CEP: 70.730-542
Fone: (61) 2028-2076
E-mail: sec.executiva@cnrh.gov.br

4.3 – Estabelece procedimentos para a escolha de membros pertencentes à Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, *encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL*;

4.4 – Estabelece composição e define a indicação de representações, em ordem progressiva, para eventuais substituições para a CTPNRH, CTIL e CTEM (mandato de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2016), para a CTCOB (mandato de 1º de agosto de 2014 a 31 de julho de 2016), e dá outras providências, *encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL*;

4.5 – Altera a Resolução nº 146, de 13 de dezembro de 2012, que, entre outros, estabelece a composição da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia – CTCT, *encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL*;

5. Deliberação sobre proposta de Moção que:

5.1 – Recomenda ao Ministério da Saúde que no processo de revisão da Portaria GM/MS nº 2.914/2011 sejam adequadas as redações dos artigos 12 e 16 da Portaria MS nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011, de modo a torná-los compatíveis com a Política Nacional de Recursos Hídricos, *encaminhada pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS*.

6. Oitiva do CNRH sobre o processo 02000.001884/2011-14, relativa à prorrogação do prazo definido no ato de outorga de direito de uso de recursos hídricos para o Projeto de Interligação do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setorial – PISF, em atendimento ao disposto no § 2º, do artigo 5º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

7. Indicação dos representantes do CNRH para compor o Grupo de Acompanhamento da elaboração do PRH-Paraguai, instituído pela Resolução CNRH nº 152, de 17 de dezembro de 2013 – conforme Ofício-circular nº 035/2014/CNRH/SRHU/MMA, encaminhado pela Secretaria Executiva do CNRH.

8. Carta nº 074/2013/PRES-CEIVAP, recebida em 30 de dezembro de 2013, sobre o atendimento à Resolução CNRH nº 150/2013, que “*prorroga o prazo para reavaliação dos mecanismos e valores de cobrança referentes aos usos de recursos hídricos para a transposição das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul para a bacia hidrográfica do rio Guandu*”.

9. Apresentações:

9.1 – *A transparência na gestão das águas no Brasil: visibilidade e acessibilidade das informações públicas* – Sr. Wilson Cabral, Conselheiro Suplente no CNRH, representante das Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa (Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA).

10. Assuntos Gerais

11. Encerramento